Maxi educa

500 QUESTÕES

GCM SÃO GONÇALO-RJ

GUARDA MUNICIPAL NÍVEL II



CADERNO DE TREINAMENTO

QUESTÕES GABARITADAS

DISPONÍVEL PARA DOWNLOAD

Maxi educa

Este é um Material de Demonstração!

Este arquivo é ápenas uma amostra do conteúdo completo da Apostila. Aqui você encontrará algumas páginas selecionadas para que possa conhecer a qualidade, estrutura e metodologia do nosso material. No entanto, esta não é a apostila completa.

POR QUE INVESTIR NA APOSTILA COMPLETA?

- Conteúdo totalmente alinhado ao edital
- Teoria clara, objetiva e sempre atualizada
- Diferentes práticas que otimizam seus estudos
- Questões gabaritadas

Adquira agora o material completo.
www.maxieduca.com.br

SUMÁRIO

GCM São Gonçalo - RJ

500 Questões Gabaritadas
Guarda Municipal Nível II

LÍNGUA PORTUGUESA
QUESTÕES..... 1
GABARITO..... 49

DIREITO CONSTITUCIONAL
QUESTÕES..... 1
GABARITO..... 16

DIREITO PENAL
QUESTÕES..... 1
GABARITO..... 16

DIREITO PROCESSUAL PENAL
QUESTÕES..... 1
GABARITO..... 19

DIREITO ADMINISTRATIVO
QUESTÕES..... 1
GABARITO..... 16

LEGISLAÇÃO EXTRAVAGANTE
QUESTÕES..... 1
GABARITO..... 16

SUMÁRIO

Esta é apenas uma amostra gratuita. Adquira a apostila completa com desconto clicando aqui.

SUMÁRIO

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

QUESTÕES..... 1
GABARITO..... 18

INFORMÁTICA

QUESTÕES..... 1
GABARITO..... 18

SUMÁRIO

Esta é apenas uma amostra gratuita. Adquira a apostila completa com desconto clicando aqui.

1. (SELECON - 2023)

sequência de palavras que apresenta todos os itens grafados de acordo com a ortografia padrão da língua portuguesa é:

(A) capcioso-—elocubração - procrastinar

(B) capcioso— elucubração — procrastinar

(C) capsioso-elucubração - procastinar

(D) capsioso-—elocubração - procastinar

2. (SELECON - 2024)

Turistas estrangeiros deixam no Brasil volume recorde de US$ 6,9 bi

Alana Gandra - O volume de recursos deixados por turistas estrangeiros em 2023 no Brasil foi recorde – US$ 6,9 bilhões, o equivalente a R$ 34,5 bilhões – e levou o país a assumir a liderança sul-americana em termos de arrecadação no setor, conforme o ranking de 20 países divulgado nesta segunda-feira (5) pela agência ONU Turismo.

O Brasil detém ainda o segundo lugar em recuperação pós-pandemia nas Américas, com aumento de 15% em relação ao período pré-pandêmico, atrás apenas do México, e ocupa a 14ª posição no mundo. O México aparece na décima colocação. De acordo com o levantamento da ONU Turismo, o país com maior crescimento nas receitas deixadas por estrangeiros foi a Sérvia, com 79%.

Os recursos injetados no ano passado na economia brasileira por visitantes vindos do exterior superam em 1,5% a maior arrecadação obtida com o turismo internacional, registrada em 2014, quando o país foi sede da Copa do Mundo de futebol. A meta estabelecida no Plano Nacional de Turismo era de acréscimo de 8,58% na receita gerada pelo turismo internacional em 2023, mas o resultado apurado mostrou crescimento anual de 41%.

Em 2022, os turistas internacionais deixaram no Brasil US$ 4,9 bilhões.

O ministro do Turismo, Celso Sabino, disse à Agência Brasil que o número recorde foi resultado de vários esforços empreendidos pelo governo federal “no sentido de mostrar o Brasil para o mundo, da forma como o Brasil realmente é”. Sabino lembrou que as diversas visitas feitas pelo presidente Lula a outros países e destaco que o Brasil foi reconhecido pelo Banco Mundial como a nona maior economia do planeta no fim do ano passado. [...]

Em agosto do ano passado, quando o Brasil superou a marca histórica para o mês, o ministro já começou a vislumbrar que 2023 se apresentaria como um ano de bons números para o turismo.

Fonte: https://www.jb.com.br/bem-viver/turismo/2024/02/1048584-turistasestrangeiros-deixam-no-brasil-volume-recorde-de-uss-69-bi.html. Acesso em: 06 fev. 2024.

A regra que explica a acentuação da palavra “PAÍS” é que toda palavra:

(A) proparoxítona é acentuada

(B) dissílaba terminada em S leva acento agudo

(C) paroxítona terminada em S leva acento agudo

(D) formada por hiato com segunda vogal em I é acentuada

Esta é apenas uma amostra gratuita. Adquira a apostila completa com desconto clicando aqui.

1. (SELECON - 2022)

A Constituição Federal de 1988 estabelece que um dos fundamentos do Estado brasileiro é a sua soberania.

No plano transnacional, a soberania funda-se no princípio da:

(A) defesa da paz

(B) concessão política

(C) independência nacional

(D) extradição criminal

2. (SELECON - 2022)

A Constituição Federal de 1988 é reconhecida como a Constituição Cidadã em função de seus princípios e objetivos fundamentais, que NÃO incluem a busca por:

(A) construir uma sociedade mais justa, livre e solidária

(B) erradicara pobreza e a marginalização

(C) acentuar e incrementar as desigualdades regionais

(D) garantir o desenvolvimento nacional

3. (SELECON - 2022)

A República Federativa do Brasil tem como fundamentos a dignidade da pessoa humana, os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa, o pluralismo político e mais os seguintes:

(A) a soberania e a cidadania

(B) a tolerância e a soberania

(C) a cidadania e o nacionalismo

(D) a tolerância e o nacionalismo

4. (SELECON - 2022)

A Constituição Federal de 1988 estabelece como um dos objetivos fundamentais a:

(A) defesa da paz

(B) prevalência dos direitos humanos

(C) solução pacífica dos conflitos

(D) redução das desigualdades sociais e regionais

Esta é apenas uma amostra gratuita. Adquira a apostila completa com desconto clicando aqui.

1. (SELECON - 2025)

A imputação pessoal é um princípio que tem como característica básica que:

(A) a pena alternativa somente pode ser aplicada ao autor da ação delitiva

(B) o processo deve se ater a atos estritamente necessários à ordem jurídica justa

(C) as alternativas penais possibilitem a resolutividade quanto à violação de direitos

(D) seja aplicada dentro de um prazo considerado razoável em sintonia com os princípios constitucionais

2. (SELECON - 2022)

No REsp 672.225-RS, julgado em 07.08.2008, a Sexta Turma do Superior Tribunal de Justiça julgou o caso de uma contadora, que recebeu de uma cliente a quantia de R$ 500,00 para quitar contribuições em atraso junto ao INSS e protocolar pedido administrativo para a concessão de auxílio-doença, não fazendo nem uma coisa, nem outra. Denunciada por apropriação indébita majorada pelo Ministério Público, a contadora foi absolvida pelo Tribunal de Justiça. A absolvição foi confirmada pelo STJ. Em seu voto-vista, o Ministro Nilson Naves sustentou que “as relações aqui descritas bem podem ser resolvidas na esfera cível (...)”

(Fonte Informativo STJ nº 0362) A decisão do STJ, tal como descrita, é amparada no princípio da:

(A) legalidade

(B) culpabilidade

(C) insignificância

(D) subsidiariedade

3. (SELECON - 2025)

Nos termos do Manual de Gestão de Alternativas Penais, existem princípios que fundamentam a intervenção penal mínima. Nessa linha, a penalidade de prisão continua existindo, mas sua aplicação deve obedecer ao princípio da:

(A) inflexão

(B) reflexão

(C) resposta

(D) subsidiariedade

4. (SELECON - 2023)

Xanadu é estudioso das culturas orientais e busca fundamentos para justificar a estrutura repressiva do Estado resolvendo os conflitos que surgem no dia a dia das pessoas. Ele verifica que conflitam duas perspectivas de pensamento quanto à função do Direito Penal na sociedade. Quando ocorre a tutela dos bens mais importantes e somente atua a esfera penal, e quando estão inócuos os demais ramos do Direito, ocorre a incidência do princípio da:

(A) intervenção mínima

(B) abolição penal

Esta é apenas uma amostra gratuita. Adquira a apostila completa com desconto clicando aqui.

1. (2022)

O Direito ao Silêncio é uma garantia constitucional, que impõe limites ao Estado na busca pela obtenção de provas para alcançar a verdade. No processo penal, esse princípio é aplicável:

(A) à testemunha

(B) aos peritos

(C) ao contador

(D) ao réu

(E) ao intérprete

2. (2025)

O princípio que não se admite a imposição de qualquer condição que agrave a situação do indivíduo no cumprimento de uma medida alternativa à pena, salvo se expressamente prevista em lei anterior ao fato, em conformidade com o regime processual e de execução penal, é conhecido como:

(A) celeridade

(B) normalidade

(C) irretroatividade

(D) proporcionalidade

3. (2022)

A respeito do princípio do contraditório, é cor**reto af**irmar que

(A) não tem previsão expressa na Constituição Federal, decorrendo de tratados e convenções interacionais a que o Brasil ratificou.

(B) aplica-se somente aos processos judiciais, sendo incabível nos procedimentos administrativos, inclusive no inquérito policial.

(C) garante o direito à informação, seja por intermédio da citação ou da intimação, a fim de que se possa efetivamente participar do processo e do procedimento instaurados.

(D) tem aplicabilidade apenas à defesa, não se cogitando o princípio do contraditório à acusação.

(E) garante que o acusado participe da audiência de instrução, impedindo sua retirada da sala de audiências, nas situações em que a testemunha se disser intimidada com a presença, obrigando a suspensão do ato e posterior realização de forma remota.

4. (2022)

Na evolução do direito processual penal, percebe-se a influência de outros ramos do direito. O deu uma atenção ao aspecto subjetivo do crime, combateu a vingança privada, humanizou as penas, reprimiu o uso de ordálias e introduziu as penas privativas de liberdade em substituição às patrimoniais.

É **correto** afirmar que o ramo do direito que corretamente completa o enunciado é:

Esta é apenas uma amostra gratuita. Adquira a apostila completa com desconto clicando aqui.

1. (SELECON - 2024)

O ato administrativo se caracteriza como acontecimento juridicamente relevante. Além disso, o ato administrativo:

(A) em regra, engloba as hipóteses em que ocorre omissão e silêncio da administração

(B) quando o ato está sujeito ao regime público, recebe o nome de ato da administração

(C) envolve todos os acontecimentos que produzem efeitos no mundo jurídico-administrativo

(D) expressa a vontade unilateral da Administração, sob regime de direito público, gerando efeitos legais de interesse público

2. (SELECON - 2022)

Quanto à atuação concreta da Administração Pública, a dispersão de manifestantes caracteriza-se como um:

(A) ato material.

(B) ato político.

(C) ato privado.

(D) ato administrativo.

3. (SELECON - 2022)

Determinado candidato questiona, no prazo legal, perante o Poder Judiciário competente, que a Banca Examinadora do concurso público municipal ao qual se submeteu, empregou critérios técnicos rigorosos para correção da sua prova discursiva de redação, razão pela qual pleiteou em Juízo que fosse novamente corrigida a sua prova, sem, contudo, demonstrar e/ou provar que a respectiva Banca Examinadora tenha praticado qualquer ilegalidade ou inconstitucionalidade com relação às normas do Edital desse certame, conforme atestou o Município demandado ao ser citado para responder à respectiva demanda judicial.

Isto posto, no mérito administrativo, cumpre ao julgador da referida demanda judicial quanto ao pleito do candidato, proferir decisão final de forma:

(A) favorável ao candidato, pois compete ao Poder Judiciário agir discricionariamente em favor da sociedade

(B) favorável ao candidato, visto que o Poder Judiciário pode substituir a Banca Examinadora para reexaminar os critérios de correção por ela utilizados

(C) desfavorável ao candidato, pois não compete ao Poder Judiciário substituir a Banca Examinadora para reexaminar os critérios de correção por ela utilizados

(D) desfavorável ao candidato, pois ao Poder Judiciário não compete analisar qualquer matéria relativa ao Direito Administrativo

Esta é apenas uma amostra gratuita. Adquira a apostila completa com desconto clicando aqui.

1. (SELECON - 2024)

O ato administrativo se caracteriza como acontecimento juridicamente relevante. Além disso, o ato administrativo:

(A) em regra, engloba as hipóteses em que ocorre omissão e silêncio da administração

(B) quando o ato está sujeito ao regime público, recebe o nome de ato da administração

(C) envolve todos os acontecimentos que produzem efeitos no mundo jurídico-administrativo

(D) expressa a vontade unilateral da Administração, sob regime de direito público, gerando efeitos legais de interesse público

2. (SELECON - 2022)

Quanto à atuação concreta da Administração Pública, a dispersão de manifestantes caracteriza-se como um:

(A) ato material.

(B) ato político.

(C) ato privado.

(D) ato administrativo.

3. (SELECON - 2022)

Determinado candidato questiona, no prazo legal, perante o Poder Judiciário competente, que a Banca Examinadora do concurso público municipal ao qual se submeteu, empregou critérios técnicos rigorosos para correção da sua prova discursiva de redação, razão pela qual pleiteou em Juízo que fosse novamente corrigida a sua prova, sem, contudo, demonstrar e/ou provar que a respectiva Banca Examinadora tenha praticado qualquer ilegalidade ou inconstitucionalidade com relação às normas do Edital desse certame, conforme atestou o Município demandado ao ser citado para responder à respectiva demanda judicial.

Isto posto, no mérito administrativo, cumpre ao julgador da referida demanda judicial quanto ao pleito do candidato, proferir decisão final de forma:

(A) favorável ao candidato, pois compete ao Poder Judiciário agir discricionariamente em favor da sociedade

(B) favorável ao candidato, visto que o Poder Judiciário pode substituir a Banca Examinadora para reexaminar os critérios de correção por ela utilizados

(C) desfavorável ao candidato, pois não compete ao Poder Judiciário substituir a Banca Examinadora para reexaminar os critérios de correção por ela utilizados

(D) desfavorável ao candidato, pois ao Poder Judiciário não compete analisar qualquer matéria relativa ao Direito Administrativo

Esta é apenas uma amostra gratuita. Adquira a apostila completa com desconto clicando aqui.

Conhecimentos Específicos

1. (2026)

Durante a elaboração de um programa de segurança pública, um gestor propõe que os órgãos dos diferentes entes federativos atuem de maneira articulada com a sociedade. Considerando os arts. 1º e 2º da Lei nº 13.675/2018, assinale a alternativa correta sobre a finalidade e a responsabilidade pela segurança pública.

(A) A segurança pública é responsabilidade exclusiva da União, cabendo aos demais entes executar suas determinações.

(B) A finalidade do Susp limita-se à proteção patrimonial, excluindo a preservação da incolumidade das pessoas.

(C) A preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio deve ocorrer mediante atuação conjunta e integrada, sendo a segurança pública dever do Estado e responsabilidade de todos.

(D) A participação dos Municípios depende da transferência integral das competências estaduais de segurança pública.

(E) A articulação com a sociedade substitui a atuação dos órgãos públicos na execução das políticas de segurança.

2. (2026)

Um Município pretende estabelecer sua política de segurança pública e defesa social, definindo medidas para enfrentar riscos à convivência social. De acordo com o art. 3º da Lei nº 13.675/2018, essa iniciativa deverá observar qual orientação?

(A) A política municipal deve ser elaborada exclusivamente pelo governo estadual.

(B) A União estabelece apenas recomendações facultativas, sem diretrizes para os demais entes.

(C) Os Municípios estão impedidos de formular políticas próprias de segurança pública.

(D) A política municipal deve restringir-se aos crimes transnacionais, excluindo situações de emergência.

(E) Compete à União estabelecer a política nacional, e aos demais entes estabelecer suas respectivas políticas, observadas as diretrizes nacionais.

3. (2026)

Ao revisar protocolos operacionais, uma instituição de segurança pública busca compatibilizá-los com os princípios da Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social. Conforme o art. 4º, incisos VIII, IX e XI, da Lei nº 13.675/2018, assinale a alternativa correta.

(A) A força deve ser empregada sem limitação sempre que houver resistência à atuação estatal.

(B) A atuação deve observar a resolução pacífica de conflitos, o uso comedido e proporcional da força e a publicidade das informações não sigilosas.

(C) Todas as informações produzidas pelos órgãos de segurança devem permanecer sigilosas.

(D) A resolução pacífica de conflitos pode ser utilizada apenas quando inexistir qualquer infração penal.

(E) A proporcionalidade no emprego da força depende exclusivamente da conveniência administrativa.

Esta é apenas uma amostra gratuita. Adquira a apostila completa com desconto clicando aqui.

1. (SELECON - 2024)

No que diz respeito aos conceitos básicos e modos de utilização de tecnologias em informática, nos microcomputadores Intel existe um firmware armazenado em um chip na placa do sistema. Quando se inicia a máquina, esse microcódigo é o primeiro software executado, identificando o hardware, configurando, testando e o conectando ao sistema operacional para instruções adicionais, caracterizando um processo de inicialização.

Esse firmware é conhecido por:

(A) BIOS

(B) POST

(C) SETUP

(D) EPROM

2. (SELECON - 2024)

Em uma licitação para compra de processadores de uma empresa pública, foi definido que o melhor processador para a empresa seria um que tivesse 12 núcleos e 24 threads, soquete AM4, cache de 24 MB e velocidade de 3,7 GHz (como clock básico).

O Processador adequado a essas condições seria o:

(A) AMD Athlon Gold 7220C

(B) AMD Athlon Silver 3050U

(C) AMD Sempron 145

(D) AMD Radeon 610M

(E) AMD Ryzen 9 5900X

3. (SELECON - 2025)

Um usuário precisa adquirir, para seu computador pessoal, um tipo de memória que pode ser usada como um dispositivo de armazenamento, mantendo os dados armazenados mesmo quando o fornecimento de energia é interrompido. Esse tipo de memória é a:

(A) Cache

(B) Flash

(C) RAM

(D) SIPP

4. (SELECON - 2024)

Uma empresa precisa adquirir mídias de armazenamento tradicionais, que tenham as características de: permitirem gravar e apagar informações várias vezes, usarem tecnologia óptica e poderem armazenar mais que 4 GB de informação. Esse tipo de mídia é o:

Esta é apenas uma amostra gratuita. Adquira a apostila completa com desconto clicando aqui.

Maxi educa



GOSTOU DESSE MATERIAL?

A versão **COMPLETA** é o passo decisivo para você finalmente alcançar a aprovação e mudar sua vida. Ative agora seu DESCONTO ESPECIAL!

QUERO MINHA APROVAÇÃO!